



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA ACADÊMICA

PROGRAMA DE
COMPONENTE
CURRICULAR

Unidade: Faculdade de Direito		Departamento: Direito Público	
COMPONENTE CURRICULAR			
CÓDIGO	NOME		
DIRA 62	FUNDAMENTOS E GARANTIAS PENAIS		

CARGA HORÁRIA				MÓDULO			CURSO(S)	ANO VIGENTE
T	P	E	TOTAL	T	P	E	Mestrado/Doutorado	2016.1
68			68					

EMENTA

Novas dimensões de bens penalmente protegidos, em sede constitucional, introduzidos pela sociedade da informação. A autodeterminação informacional e o direito a não saber, o direito à integridade corporal e a partes destacadas do corpo, conceitos de morte, conceitos de vida, direito sobre o conteúdo de bases de dados, as recentes expressões da liberdade pessoal.

OBJETIVOS

Conhecer e refletir sobre a realidade jurídica afetada pelas mudanças sociais da atualidade, provocadas pela revolução tecnológica, a partir dos valores constitucionalmente inscritos, a exemplo da solidariedade e a da dignidade.

Permitir a compreensão dos direitos e deveres sobre esses novos recursos, de forma a poder delimitar o seu exercício e impedir os eventuais abusos em sua utilização.

CONTEÚDOS

1. Contemporaneidade, Fundamentos da Organização Comunitária e reflexos no Direito Penal.
2. Interpretação das novas realidades sociais à luz dos princípios constitucionais penais e penais constitucionais.
3. As transformações do direito penal em um mundo em mudança. Alterações na teoria do delito.
4. Bens jurídicos desvelados pela biotecnologia. Transformação dos conceitos de objetos materiais da

conduta típica.

5. A proteção constitucional da liberdade científica. A teoria do Risco permitido e o desenvolvimento tecnológico.
6. Novas formas de lesão corporal: atentados contra partes destacadas do corpo. Autolesões e autonomia na definição do corpo.
7. Proteção penal/constitucional da vida. *Vidas inviáveis*. Redução embrionária, seleção de embriões/diagnóstico pré-implantatório. Crianças nascidas para curar
8. A eutanásia e outras formas de abreviação da vida. Os valores da dignidade, da autonomia e da solidariedade. O pensamento de Emmanuel Lévinas e Baumann
9. O direito a não intervenção terapêutica: leis de proteção à autonomia do paciente, a proteção do paciente contra a intervenção não desejada. Crime de intervenção médica arbitrária.
10. Bancos de dados genéticos, direito a intimidade e proteção à segurança pública.

METODOLOGIA / AVALIAÇÃO

Exposições, seminários, leitura e discussão de textos sobre os temas do programa.

A avaliação será parcialmente feita pela participação nas atividades de classe e, parcialmente, pela apresentação de artigo em seminário final.

BIBLIOGRAFIA

1. ANDRADE, Manoel da Costa. Consentimento e acordo em direito penal. Coimbra, Editora, 1991.
- ANDRADE, Manoel da Costa. Direito penal médico. Sida testes arbitrários e segredo. Coimbra, São Paulo: RT, 2006.
- BAUMAN: Zygmunt A sociedade individualizada (The Individualized Society. Cambridge: Polity Traduzido por José Maurício Gradel. Jorge Zahar Editor, 2001.
4. FIGUEIREDO DIAS, Jorge de. *Questões fundamentais do Direito Penal revisitadas*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999
5. Feijóo sánchez, bernardo. Actuación de la victima e imputación Objetiva
6. (Comentario a la Sentencia del Tribunal Supremo de 17 de septiembre de 1999) *REVISTA DE DERECHO PENAL Y CRIMINOLOGÍA*, 2.^a Época, núm. 5 (2000)
<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/1994437.pdf>
7. HASSEMER, Winfried. Direito Penal: Fundamentos, estrutura, Política. Porto Alegre, Sergio Antonio Fabris editor, 2008;
8. Levinas, Emmanuel. De outro modo que ser ou para lá da essência. Tradução José Luiz Perez e Lavínia Leal Pereira. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011.
9. LUZÓN PEÑA, Diego-Manuel Principio de alteridad o de identidad vs. principio de autorresponsabilidad. Participación en autopuesta en peligro, heteropuesta en peligro consentida y equivalencia: el criterio del contro del riesgo. *Revista Nuevo Foro Penal* Vol. 6, No. 74, enero-junio 2010, pp. 58-80, Universidad EAFIT, Medellín
10. MINAHIM, Maria Auxiliadora. Direito penal e biotecnologia. São Paulo: RT, 2002.
11. MINAHIM, Maria Auxiliadora. Autonomia e frustração da tutela penal. São Paulo: Saraiva, 2015.
12. ROXIN Claus 28/01/2013 La polémica en torno a la heteropuesta en peligro consentida.
<http://www.indret.com/es/index.php>
13. ROXIN Claus El nuevo desarrollo de la dogmática jurídico-penal en lemania
<http://www.indret.com/es/index.php> 29/10/2012
14. SANCHEZ, Jesús-María Silva, *A expansão do Direito Penal: Aspectos da política criminal nas sociedades pós-industriais*, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002
15. SCHÜNEMANN, Bernd. *Temas actuales y permanentes del derecho penal después del milenio*. Madrid: Tecnos, 2002
16. SCHÜNEMANN, Bernd. Estudos de direito penal, direito procesual penal e filosofia do direito. Maadri, Barcelona e S
17. ROXIN, Claus, *Problemas fundamentais de Direito Penal*, Trad. Ana Paula dos Santos Luís Natscheradetz, 3. ed., Lisboa: Veja, 1998

Programa de componente curricular proposto na reunião
do Departamento, em ____/____/____

Chefe do Departamento

(assinatura e carimbo)

Programa de componente curricular aprovado na
reunião do Colegiado de Curso, em ____/____/____

Coordenador do Colegiado

(assinatura e carimbo)